

A HISTÓRIA DA FEMINILIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL

Mírian Paloma Ferreira Gomes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/miriangomess@outlook.com

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer um levantamento sobre a feminização do magistério no Brasil, consequentemente profissão que liberta a mulher para o mercado de trabalho. Atividade esta que com o passar dos anos é a maior marca da mulher no mercado de trabalho, levando o legado de que a mulher tem a sabedoria de ser professora, antigamente pensada como uma carreira feita com amor, no entanto, atualmente não é necessário sentimento. Analisando assim a diferença de tempos atrás para o momento que vivemos atualmente, o da modernidade, mas que mesmo com tamanho avanço em direitos das mulheres, ainda assim ela é tida como “sexo frágil” e assim ainda não possui o reconhecimento que merece mesmo ao mostrar seu raciocínio e inteligência nos mais variados trabalhos. A partir dessa primeira profissão a mulher conquistou o seu direito em outros espaços de trabalho. O artigo é de cunho bibliográfico. Partindo de alguns teóricos que contemplam sobre esse assunto. Concluí que a mulher atualmente conseguiu seu espaço no campo de trabalho, mas ainda está longe de se livrar da ideia de somente “dona de casa”, apesar de mostrar sua capacidade, ainda sofre preconceito diante de alguns machistas na sociedade. Não sabemos quando a mulher será realmente vista de maneira equivalente ao seu valor tanto de cidadã como de capacidades intelectuais, a mentalidade do ser humano vem sendo mudada a cada instante e é nessas mudanças que novos pensamentos e atitudes surgem, então, não pode parar a luta porque uma hora a vitória vem.

PALAVRAS-CHAVE: História. Feminilização. Magistério

INTRODUÇÃO

O trabalho parte de pesquisas bibliográficas de artigos, livros, autores, sobre o assunto, com o objetivo de ressaltar e entender como foi o processo da entrada da mulher para o magistério e sobre seu início para entrar no mercado de trabalho como professora. O trabalho se desenvolverá em alguns tópicos um pequeno resumo sobre a história a marca feminina no magistério.

Quando se fala do sofrimento da mulher referente a entrada no magistério em pleno século XXI muitas pessoas duvidam que a mulher não teve liberdade para isso. Atualmente existem mulheres que são ricas, independentes e até mesmo presidentes de um país. Mas, já teve mulheres que não podiam se quer trabalhar ou votar. A profissão de professora foi, para a mulher, uma saída para buscar sua autonomia.

A mulher, desde o início, sempre foi tratada como indefesa, sexo frágil, dona de casa, enfim, se tratava de alguém que não era para o trabalho. A partir de 1894 foi quando a busca por professores teve destaque e a mulher quis de uma vez emigrar para esse serviço. Antes como

exemplo de mulher, pessoa que não conseguiu se casar e teve a missão de ensinar. Com o passar dos tempos ela conquistou o seu espaço de maneira diferente, professora independente de seu status de relacionamento, capaz e segura.

Desde o início no percurso da profissão docente foi e é marcada por acontecimentos, que até então estes ainda estão visíveis, essas marcas se estendem de forma homogênea, não podendo assim descartar a importante presença massiva de mulheres nos setores educacionais, muitos desses acontecimentos tiveram seu lado negativo, pois o sistema escolar previa a separação por sexo (homem / mulher) , pois visavam o trabalho feminino associado ao lado maternal, sendo o trabalho que exige “menos formação e mais vocação” ,a profissão docente tornou-se historicamente destinada ao gênero feminino, não que essa forma seja modelo padrão, mas é o que a história nesse percurso de profissionalização vem nos mostrar, alguns desses fatores vem enfraquecer a visão que se tem sobre a mulher na profissão docente, desvalorizando um papel tão importante e de extrema necessidade no percurso da educação.

Com o passar dos tempos houve uma grande evolução no setor educacional, onde a mulher teve lugar garantido na educação, os direitos no campo educacional com o passar do tempo tornaram-se iguais. Vivemos em uma sociedade de grandes exigências profissionais e à docência seja em qual gênero se encontre tem um papel fundamental para uma sociedade digna com um direito que é de todos, a educação.

UM BREVE RESUMO DA HISTORIA DA MULHER NA EDUCAÇÃO

O Brasil do século XXI obtinha mulheres totalmente a serviço do marido e sem total opinião para exercer, era tratada como sem importância. Não sabia nem ler e nem escrever. Sua educação era destinada a cuidar da casa, dos filhos e do esposo. A educação formal era apenas dos filhos homens dos indígenas e dos colonos. Desde de criança já era projetado o seu futuro, aprender a bordar, cozinhar, costurar, tudo que se destinasse a tarefas domésticas.

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, a cozinha, bem como as habilidades de mando as criadas e serviçais também faziam parte da educação das moças, acrescida de elementos que pudessem torná-las mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. (PRIORE, 2009, p.444).

Todos os seus direitos eram encobertos, não tinha acesso a um trabalho, a uma formação, tudo era fechado para ela. Sua feminilidade era tida somente para ser uma dona de casa “perfeita”. Era como se a mulher não tivesse vida própria ou sentimentos, pois as autoridades decidiam por elas.

O letramento sempre foi um sonho almejante para as mulheres, mas para a sociedade branca da colônia era uma ameaça. Diferentemente deles, os indígenas não viam menor problema em suas mulheres obter uma formação, estudar. Foi a partir dos indígenas que começou uma reivindicação de letramento. “*Sensibilizado o padre Manoel de Nóbrega, enviou uma carta a Rainha de Portugal, Dona Catarina, solicitando educação para as indígenas.*” A Rainha negou o pedido. Porém, o Padre Manoel da Nobrega pensou como nisso como um desencadeamento de respeito as mulheres em geral, já que havia constantes abusos sexuais masculinos. Para ele o acesso à educação contribuiria de uma forma positiva para o fim desse absurdo.

Por não ter educação formal para as mulheres, elas tinham o convento como um abrigo por não quererem certos casamentos arranjados, que são feitos geralmente por seus pais.

No dia-a-dia, trabalhavam nos bordados, faziam rendas ou bolos para vender. Além de casar, ter filhos e rezar, algumas mulheres desenvolviam uma pequena indústria caseira, para aumentar os proventos: a do preparo da rapadura e do melado; ou a fiação do algodão do qual se faziam roupas de escravo. Também havia a de velas com aproveitamento de sebo de bois; e a do sabão, preparado com gorduras e cinzas de plantas. (PRIORE, 2008, p.15).

É claramente exposto a submissão das mulheres na sociedade pelos homens, não se observa uma opinião ou independência de si. Vivia em prol do seu marido ou pai, e só tinha como opções se casar ou ir para um convento. Mantinha-se calada e sem possibilidade de profissionalismo.

A EDUCAÇÃO FEMININA

Ao refletirmos sobre a mulher do passado é comum se assustarmos com sua mudança ao século XXI. A mulher de antigamente que só era vista em movimentos relacionadas a igreja. Nos dias de hoje ela tem total livre arbítrio e liberdade para trabalhar e estudar, como algo comum, diferente de antes que era como um crime.

Não existia lazer para as mulheres pois o sistema patriarcal fluente por conta da religião cristã, se fez restrito a mulher em locais públicos, favorecendo o poder ao sexo masculino. Seu

perfil tinha que ser completamente íntegro, ligado ao papel de mãe e com valores morais e patrióticos.

Desta forma, ao longo do século XIX, necessidades econômicas, sociais e políticas deram início a um processo de urbanização em várias regiões brasileiras. A instalação da família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e a abertura dos portos pelo príncipe regente D. João VI foram fundamentais para o início da urbanização.

Com a abertura de colégios para as moças, vai surgir uma oportunidade da mulher se profissionalizar e se “libertar” um pouco de casa. No entanto, a distribuição do saber era dividida por etnia, classe e raça.

A exclusão dos negros na educação era clara, já as mulheres podiam frequentar as aulas sendo que o currículo era diferenciado, ou seja, elas deveriam aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações, assim a educação feminina se diferenciava da dos meninos (PRIORI, 2002) geralmente nas classes sócias privilegiadas os ensinamentos das meninas eram complementados em casa por aulas de piano e francês com professores particulares.

A mulher não tinha direito nem a uma educação por completo, era visível os limites a “educação” concedida as mulheres. Pois a educação para a mulher ainda não era em prol de um estudo para o campo de trabalho, mas para a ideia de bons costumes e moral. Principalmente a educação dos filhos e o bem-estar da casa.

MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

O ensino público e gratuito no Brasil foi sancionado em 1827. O Ato Adicional à Constituição do Império de 1834 orientava a descentralização do sistema de instrução pública a qual foi delegado às províncias o direito de regulamentar e promover a educação pública primária e secundária em seus territórios.

Desde de implantado o sistema público de instrução se fez de forma excludente, deixando muita população de fora. No entanto, surgem deste sistema de ensino as primeiras vagas para o sexo feminino na escola pública elementar, que até então só tinha acesso à educação religiosa em locais de recolhimento ou conventos.

Com o Decreto que sancionava a educação pública para todo cidadão brasileiro, surge um novo problema capacitar e instruir novos professores. Para atender a necessidade de falta de mestres

e mestras com boa formação surgem as primeiras Escolas Normais. Segundo Freitas a partir de 1886 a Escola Normal apresentou:

[...] uma tendência a atrair o público feminino com uma procura bastante expressiva nos anos subseqüentes [...] a pequena demanda do sexo masculino abriu espaço par que as escolas normais se constituíssem num espaço socialmente aceito, facultando às mulheres a possibilidade de transcender o âmbito domestico na busca de realização e independência social e econômica. (FREITAS, 1995).

A escola normal vai assumindo a função de preparar profissionais para atuarem na rede de escolas primaria públicas em expansão, tão necessárias ao novo modelo político, econômico e social. No entanto o regulamento estabelecia que moças e rapazes devessem estudar em classes separadas, preferencialmente em turnos ou até em escolas diferentes (PRIORE, 2009 p.105).

O currículo do estudo feminino era diferenciado do masculino, onde as moças dedicavam à costura, ao bordado e a cozinha, enquanto no currículo dos homens estudavam geometria. As mulheres professoras eram isentas de ensinar geometria, mas essa disciplina era critério para estabelecer níveis de salários o que acentuava também a discriminação sexual (FREITAS, 2000). O magistério era a profissão mais fácil e acessível para a maioria das mulheres brasileiras, era o único trabalho respeitável para o seu modo de viver, além do mais tinha que conciliar com os afazeres do seu lar. Conforme assiná-la Almeida, como a mulher deveria ser instruída:

[...] de forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução [...] assim as mulheres poderiam e deveriam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão – o magistério – e colaborassem na formação de diretrizes básicas da escolarização manter-se-iam sob a liderança masculina. (ALMEIDA, 1996, p.73).

Mesmo conseguindo uma pequena libertação sobre suas vontades a sua direção no meio social dependia da visão masculina de sua família, conseqüentemente sendo “mandada”. Continua sem poder administrar um cargo elevado ou de liderança, sendo referido para os homens.

A mulher durante todo o seu percurso de profissionalização nada foi fácil, pois quando pensava que podia ter aberto uma oportunidade verídica era apenas uma pequena porcentagem, pois as dificuldades eram maiores. Ela só poderia assumir o magistério com 25 anos de idade e, salvo se ensinasse em casa dos pais e estes fossem de reconhecida moralidade E só cursava a partir de 18 anos de idade.

Essa valorização da moral tinha como objetivo tornar o ensino das mulheres voltado a moral e não a instrução. Catani resalta:

[...] a ênfase do ensino feminino era nas boas maneiras, nas técnicas, na aceitação da vigilância, na aparência, na formação moralista. Coisa adequada quando o ensino fundamental se destinava as classes populares, pois o que estava em jogo não era difundir as perigosas luzes do saber, mas disciplinar as condutas e refrear a curiosidade. (CATANI, 1997, p. 28).

A profissionalização das mulheres, aliava-se ao desejo de modernização das classes dominantes, foi também incentivada pelo processo de industrialização e necessidades de professores especializados. A partir daí a formação de professoras do sexo feminino se faz necessário, pois os tutores deveriam ser do mesmo sexo que os alunos. Data que o primeiro curso de ensino normal das Américas surgiu em Niterói (Rio de Janeiro), em 1835 e tinha em seus estatutos alguns requisitos para quem quisesse cursar o magistério, deveria então: boa morigeração (idoneidade moral) ter idade superior a 18 anos (MARTINS, 1996, p. 70).

Com os objetivos políticos abriram espaço para as mulheres no magistério. Pois elas ganhavam menos e para se expandir a educação para todos era necessário que o Governo diminuísse o tributo com os professores. Como os homens não aceitavam salários baixos, Catani nos explica:

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia – procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido as mulheres (CATANI, 1997, p. 28-29).

E para a educação avançar as mulheres professoras foram vistas como uma solução rápida e baixo custo, já que os homens não aceitavam salários baixos, e também por naturalmente pertencer a essa profissão.

Foi a junção de pensamentos políticos com a necessidade de professores, visto que a mulher buscava o magistério por conta de suas condições financeiras, buscar sua autonomia, lutando para o início da sua valorização e sua existência na sociedade.

Desta forma as mulheres professoras começaram a abraçar o magistério, visto que a procura da licenciatura se dava pelas mulheres que proviam de uma situação financeira precária (como as órfãs que tinham que trabalhar) e as de classe média (ALMEIDA, 1996, p. 74).

O magistério foi então uma iniciativa aos trabalhos seguintes que iriam chegar. Mas no momento, ele era o único trabalho de respeito e acessível para as mulheres e que também poderia conciliar com as tarefas domésticas. As mulheres teriam uma grande responsabilidade pois nesse



processo educativo elas teriam que ser mediadoras da conduta de cada aluno, sobre o que ele ia expor na sua personalidade, seus comportamentos e os ensinamentos que teve.

Perante as mudanças ocorridas, da mulher conseguir um pequeno espaço na sociedade, sua profissão ainda não lhe dava uma autonomia financeiramente e perante a sociedade. Os cargos administrativos e de liderança eram organizados pelos os homens. A mulher continuava em segundo plano vigente a sociedade existente que era a patriarcal.

Almeida (1998, p. 49) analisa a feminilização do magistério primário referindo-se a expansão da mão- de- obra feminina nos postos de trabalho em escolas e nos sistemas educacionais, à frequência da Escolas Normal e aos traços culturais que favorecem a ocupação do magistério pelas mulheres.

Em seu processo de feminização do magistério, a profissão precisa, pois, seguir as vantagens que a mulher possui por natureza, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. A representação do magistério é então transformada, refletida como além de professoras, como mães espirituais. As marcas religiosas permanecem, mas ao decorrer do tempo vai se adaptando as mudanças. Mantem-se o caráter de doação e entrega que se associava à docência.

Ao decorrer do século XX, os homens que se dedicavam a educação tinham facilidade de se promover na carreira do magistério, enquanto as mulheres continuavam com as injustiças. Por conta disso as mulheres continuavam na carreira de professora primária por muitos anos decorrente também da falta de acesso aos cursos superiores.

Apesar dos grandes limites relacionados a educação brasileira feminina foi para muitas jovens uma solução de imediato para poder circular na sociedade, uma libertação. Obtendo acesso a educação e uma procura de independência. Buscando seu espaço e respeito através dos espaços sociais negados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A delicadeza e doçura da mulher faziam dela diretamente posta ao trabalho do lar e a com a escola. Por sua feminilidade natural fez um certo preconceito em que se pensou que a mulher não era capaz de assumir cargos ou ser professora.

Percebemos então que o processo de emancipação e independência das mulheres foi marcado de contextos históricos de submissão dos homens até os dias de hoje. E dentro das mudanças ocorridas no espaço social, podemos presenciar as mulheres em qualquer espaço de

emprego, ainda vista com receio de suas capacidades, mas provando que não é sábia somente para ser dona de casa, mas mostrando em que tudo que faz é eficiente.

A mulher conseguiu a liberdade de atuar em diversos trabalhos e exercer o magistério de forma completa, com as disciplinas que tem direito igual as dos homens. Mas não quer dizer que as mulheres não sofram discriminação em outros campos de trabalho, por isso não se deve parar nunca a luta das mulheres por mais reconhecimento da sociedade e receberem o valor que merecem, hoje elas são melhores independentes e conhecedoras do seu valor. Na atualidade vivemos em uma Democracia, por isso a mulher, pode correr atrás do seu reconhecimento e buscar a função que melhor lhe cabe para atuar, a marca feminina já conquistou muito e vai conquistar ainda mais basta todas as mulheres se unirem e batalhar por uma melhor condição feminina na sociedade.

Referências

ALMEIDA, J. S. de. **Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev.1996.

CATANI, D. ET al. **“História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação”**. In CATANI, D. et. al. (org) Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

IENH. **Manual de normas de ABNT**. Disponível em www.ienh.com.br, acessado dia 08 de julho de 2015.

FREITAS, M. T. de A. (org.) **Memória de Professoras: História e Historias**, Juiz de Fora. UFJF,2000.

MARTINS, A. **Dos anos dourados aos anos de zinco** : análise histórico-cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

NÓVOA, Antonio. **Profissão professor** , apoio editorial : Manuel Figueredo Ferreira. Tradutores : Irene Lima Mendes, Regina Correia, Luísa Santos Gil. Porto Editora, LDA -1999.

PRIORE, Mary Del, História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.

GENÊSE DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL

http://www.unit.br/hotsites/2011/enc_formacao_professores/arquivos/artigos/GT_1_ESPACOS_EDUCATIVOS/GENESE_FEMINIZACAO_MAGISTERIO_BRASIL.pdf , acessado dia 08 de julho de 2015.